



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021

PROCESSO Nº 48340.001099/2021-75

Razão Social: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: ____ Telefone: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, por intermédio do acesso à página do www.gov.br/compras ou www.mme.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de 2021.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o MME e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o Recibo de entrega do Edital, de forma legível, e remeter à Comissão Permanente de Licitações por meio ou e-mail: licitacao@mme.gov.br.

TELEFONES – (61) 2032-5957 - 2032-5843 e 2032-5817

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021
PROCESSO Nº 48340.001099/2021-75

- 01 – DO OBJETO**
- 02 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 03 – DO CREDENCIAMENTO**
- 04 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**
- 05 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 06 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 07 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 08 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 09 – DA HABILITAÇÃO**
- 10 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 11 – DOS RECURSOS**
- 12 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 14 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 15 – DO TERMO DE CONTRATO**
- 16 – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**
- 17 – DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**
- 18 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 19 – DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 20 – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 21 – DO PAGAMENTO**
- 22 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 24 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 25 – DO FORO**

ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

APÊNDICE I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DE VISTORIA

APÊNDICE III – PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS;

APÊNDICE IV – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI;

APÊNDICE V – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÕES;

ANEXO IV- MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.



ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021

(Processo Administrativo nº 48340.001099/2021-75)

Torna-se público que a União representada pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA, sediado (a) Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 - Brasília/DF CEP – 70.065-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **com critério de julgamento MENOR PREÇO do Item**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço **Unitário** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **09/07/2021**

Horário: **10 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços visando assistir e subsidiar à fiscalização, de conformidade com Art. 67 da Lei 8.666/93, mediante assessoramento e apoio técnico de nível superior durante a execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia**, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília/DF, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **único Item**.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO do Item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução empreitada por preço **unitário**.



2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Ação 2000

PTRES 173417

Natureza de despesa 339039

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);



- 4.2.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.2.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.2.5 Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.2.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio; nos termos da Lei nº 6.404/76, que possui características de associação temporária entre empresas sem personalidade jurídica própria, vez que o objeto do pregão não envolve serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade.
 - 4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - 4.2.8 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, **é vedada** a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
 - b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, **é vedada**, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



- 4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor total do item;**

6.1.2. **Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência e seus Anexos.**

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. **Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento dos Modelos de Planilha de Custos e Formação de Preços, Planilha de Composição do BDI, e do Cronograma Físico-Financeiro, Anexos deste Edital;**

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. Cotação de percentual **menor** que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. Cotação de percentual **maior** que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.



- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1 Também **será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**
- 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.
- 7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 O intervalo mínimo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 7.9 **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
- 7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de **até dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços **até dez por cento superior** àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em **até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado **em até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.



- 7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18 O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO** do **Item** conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



- 7.25.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.25.1.1 Prestados por empresas brasileiras;
- 7.25.1.2 Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.25.1.3 Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.
- 7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.27.2 **O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**
- 7.27.2.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- 8.2. A proposta a ser encaminhada deverá conter:
- 8.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de abertura do certame.
- 8.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;



8.2.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de **Planilha Orçamentária anexo ao Edital**;

8.2.3.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.2.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

8.2.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

8.2.4. **Cronograma Físico-Financeiro**, conforme modelo Anexo deste Edital;

8.2.4.1. O Cronograma Físico-Financeiro proposto pelo licitante deverá observar o Cronograma de desembolso máximo por período constante do Termo de Referência, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

8.2.5. **Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo deste Edital;

8.2.5.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

8.2.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.2.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

8.2.5.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.



- 8.2.5.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.
- 8.2.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
- 8.2.5.7. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.
- 8.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.4. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor**, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
 - 8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;
 - 8.4.4. **Apresentar, na composição de seus preços:**
 - 8.4.4.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;
 - 8.4.4.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
 - 8.4.4.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
 - 8.4.5. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço **unitário será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração**, em conformidade com os projetos anexos deste edital.
- 8.6. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:



- 8.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes
- 8.7. O exame da inexecuibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 8.7.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas **diligências**, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
 - 8.7.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecuibilidade, será obrigatória a realização de **diligências** para o exame da proposta.
- 8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
 - 8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **3 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 8.9.1. **É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**
- 8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
 - 8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



- 8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se



houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.3 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.4 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.5 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **3 (três) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digiais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles



documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8 Habilitação jurídica:

9.8.3 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.7 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



- 9.9.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7 Caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

- 9.10.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.10.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

- 9.10.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11 Qualificação Técnica:

- 9.11.1 **Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), da jurisdição da empresa, comprovando atividade relacionada com o objeto, com indicação do seu Responsável Técnico.



- 9.11.2 **Atestados de Capacidade Técnica**, operacionais, emitidos por empresas de direito público ou privado devidamente identificadas, **em nome da licitante**, onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos quais constem, referências às parcelas de maior relevância técnica, assim consideradas:
- 9.11.2.1. ***Prestação de serviços de assessoramento e de apoio técnico de nível superior à fiscalização de obra de modernização de elevadores (mínimo em 3 (três) unidades, permitido somatório), nas áreas de engenharia mecânica, elétrica e civil;***
- a) Os atestados exigidos no subitem anterior, deverão conter as seguintes informações:
 - i. Identificação e endereço completo da pessoa jurídica emissora do documento;
 - ii. Data e local de expedição do documento;
 - iii. Descrição da data de início e término da prestação dos serviços referenciados no documento.
- 9.11.3. **Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, para a comprovação da capacitação técnico-profissional, expedida pelo CREA, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do contrato de assessoramento e de apoio técnico de nível superior, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.
- 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
- 9.11.5. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 9.11.6. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes **Certidões de Acervo Técnico (CAT)**, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.



- 9.11.7. **Declaração Formal** que disporá, por ocasião da futura contratação, do material, equipamentos, ferramental e utensílios necessários, cujos custos estão introduzidos nos valores unitários e são considerados essenciais para a execução contratual;
- 9.11.8. As empresas, **cadastradas ou não no SICAF**, deverão apresentar **Atestado de Vistoria**, fornecido e assinado por servidor responsável pela Divisão de Obras e Serviços de Engenharia-DIOBE/COAGE/CGRL, realizada preferencialmente pelo responsável técnico da licitante, atestando que teve real conhecimento das instalações e condições físicas dos locais onde os serviços serão realizados e do estado técnico em que se encontram os equipamentos instalados, de forma a subsidiar a proposta da licitante;
- 9.11.8.1. ***Por ocasião da vistoria, ao licitante ou ao seu representante legal poderá ser disponibilizado as informações relativas ao objeto da licitação em CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta;***
- 9.11.8.2.A vistoria poderá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do MME, pelo fone **(061) 2032-5703/5224/5503 ou 99986-0941** e será acompanhada por servidor da Divisão de Obras e Serviços de Engenharia/COGE/CGRL/SPOA/SE/MME, recebendo em seguida o Termo de Vistoria, conforme **Anexo deste Edital**.
- 9.11.8.3.O Atestado de Vistoria poderá ser substituído por **declaração** emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, e assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 9.12. Os licitantes estarão obrigados, ainda, à apresentação das **Declarações** implantadas nas licitações eletrônicas do Portal de Compras Governamentais e dos seguintes documentos:
- a) **Declaração que inexistente fato superveniente impeditivo da habilitação**, conforme parágrafo segundo do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 e de acordo com o modelo do **Anexo** deste Edital, juntamente com a Proposta de Preços;
- b) **Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, conforme o modelo do **Anexo** deste Edital;



- c) **Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva**, empregados que executam trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme o modelo do **Anexo** deste Edital.
 - d) **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** conforme estabelecido na Instrução Normativa/SLTI/MP nº 02, de 16/09/2009, de acordo com o modelo do **Anexo** deste Edital;
 - e) **Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, que a empresa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, conforme o modelo do **Anexo** deste Edital
 - f) **Declaração de que está ciente e concorda** com as condições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.
 - g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
 - h) **Declaração** informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem o cumprimento de **reserva de cargos** prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às **regras de acessibilidade** previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
 - i) Declaração que cumpre a **cota de aprendizagem** nos termos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.
 - j) **Declaração Antinepotismo** de que cumpre o Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.
- 9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



- 9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1 **A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:**
- 10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. Apresentar a **Proposta final contendo a Planilha de custos e formação de preços, a Planilha de composição do BDI e o Cronograma Físico-financeiro**, devidamente ajustadas ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo deste instrumento convocatório.
- 10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo 30 (trinta minutos)** para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria



sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 - 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO

- 15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.
- 15.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 - 15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
 - 15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 15.3. O prazo de vigência da contratação é de **540 (quinhentos e quarenta) dias** a contar da data de assinatura do contrato, **não sendo prorrogável** na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.



- 15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 15.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 15.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.
- 15.7. A licitante vencedora deverá apresentar a comprovação da pessoa física, indicada como representante da pessoa jurídica a ser contratada, da sua competência para a assinatura do Contrato e assunção de respectivas responsabilidades, preferencialmente, por procuração em cartório.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo a este Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo a este Edital.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.



20. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 20.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 20.2. No caso de obras e serviços de engenharia, deve-se observar o Decreto nº 7.983, de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia.
- 20.3. Identificar existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.
- 20.4. Demonstrar os resultados pretendidos e alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como de melhoria da qualidade de produtos/serviços oferecidos à Administração.
- 20.5. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 20.6. São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:
 - a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e outros recursos naturais;
 - d) evitar desperdício de materiais;
 - e) maior vida útil e menor custo de manutenção de bem, equipamentos e da obra;
 - f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
 - g) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local
 - h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;
 - i) considerar medidas para minimizar a geração de resíduos e rejeitos e prever sua destinação ambiental adequada.
 - j) adotar normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas

21 DO PAGAMENTO

- 21.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Edital.



22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1 não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2 apresentar documentação falsa;

22.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.5 não mantiver a proposta;

22.1.6 cometer fraude fiscal;

22.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

22.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.3.1 **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.3.2 **Multa** de até **0,5% (meio por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.3.3 **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de **até dois anos**;

22.3.4 **Impedimento de licitar e de contratar com a União** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de **até cinco anos**;

22.3.5 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

22.4 Nos termos do **art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, na fase licitatória**, a empresa participante está sujeita a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do SICAF nos seguintes prazos:



- 22.5 Deixar de entregar os documentos e proposta exigidos neste Edital, quando convocada pelo Pregoeiro: **até 1 ano;**
- 22.6 Apresentar documentação falsa na licitação: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF,** sendo o ato devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;
- 22.7 Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Edital: **até 1 ano;**
- 22.8 Não mantiver a proposta apresentada na licitação: **até 1 ano;**
- 22.9 Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF;**
- 22.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 22.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22.18. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.



23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 23.1. **Até 03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mme.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco "U" Sala 446 – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 – Comissão Permanente de Licitações.
- 23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 2 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação
- 23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3. **Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.**
- 24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



- 24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras ou www.mme.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF – CEP – 70.065-900, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 24.12. Integram este **Edital**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexo/Apêndices:
- 24.12.1. **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**
APÊNDICE I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DE VISTORIA
APÊNDICE III – PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS;
APÊNDICE IV – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI;
APÊNDICE V – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;
- 24.12.2. **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**
- 24.12.3. **ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES;**
- 24.12.4. **ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

25. DO FORO

As questões decorrentes da execução do objeto deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília/DF, 25 de junho de 2021

Maria Jose Soares Menon

Pregoeira



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para **prestação de serviços visando assistir e subsidiar à fiscalização, de conformidade com Art. 67 da Lei 8.666/93, mediante assessoramento e apoio técnico de nível superior durante a execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia**, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Brasília/DF, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos (apêndices).

1.2 Da Estimativa de Custos

Item	Descrição/Especificação	CATSER	Unid de Medida	Quant (a)	Valor de Referência Máximo Aceitável (R\$)	
					Unit. (b)	Total (c)=(a)x(b)
1.0	Prestação de Assistência Técnica e Subsídios à Fiscalização durante a execução dos serviços de modernização dos elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, por intermédio de:					
1.1	Engenheiro Mecânico Sênior	1341	h	548	141,29	77.426,92
1.2	Engenheiro Eletricista Pleno	1341	h	125	106,56	13.320,00
1.3	Engenheiro Civil Pleno	1341	h	60	103,36	6.201,60
	Soma 1.0					96.948,52
2.0	BDI		%	19,48626%		18.891,64
	Total Geral					115.840,16

(*) - *Supervisão, gerenciamento, fiscalização - projeto construção, obras civis*

1.3 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.4 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preços Unitários.

1.6 O contrato terá a vigência contratual determinada, não sendo prorrogável na forma do art. 57. II da Lei de Licitações.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1 Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1 A licitação será realizada na modalidade denominada Pregão Eletrônico, nos termos da legislação abaixo e demais condições ao qual o objeto se enquadra:

- 5.1.1.1 Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

- a) De conformidade com o Art 9º da Lei 8666/93 não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do serviço objeto deste TR, a empresa que executa a obra de modernização dos elevadores, bem como àquelas que detém vinculação societária com ela.

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.



§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

- 5.1.1.2 Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 5.1.1.3 Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e ou a Lei 13.303/2016;
- 5.1.1.4 Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 5.1.1.5 Decreto de nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia;
- 5.1.1.6 Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019, que alterou o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 5.1.2 Norma Regulamentadora NR10/Ministério da Economia – objetivo de garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interagem nas instalações e serviços com eletricidade;
- 5.1.3 Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas:
 - 5.1.3.1 NBR IEC 16641– segurança, para arcos elétricos em painéis de baixa tensão;
 - 5.1.3.2 NBR NM 207:1999 – Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação de 30 de novembro de 1999;
 - 5.1.3.3 ABNT NBR 5665:1987 – Cálculo de Tráfego dos Elevadores – março de 1987;
 - 5.1.3.4 ABNT NBR NM 196:1999 - Elevadores de passageiros e monta cargas – Guias para carros e contrapesos – Perfil “T” de maio de 1999;
 - 5.1.3.5 ABNT NBR 5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão de março de 2018;



- 5.1.3.6 ABNT NBR 5462:1994 – Confiabilidade e Manutenibilidade de novembro de 1994;
 - 5.1.3.7 ABNT NBR 16083:2012 – Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes – Requisitos para instruções de manutenção.
 - 5.1.3.8 ABNT NBR 313:2007 – Elevadores de passageiros – requisitos de segurança para construção e instalação de julho de 2007;
 - 5.1.3.9 ABNT NBR 9050:2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos de setembro de 2015;
 - 5.1.3.10 ABNT NBR 16042:2012 – Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores sem casa de máquinas de 3 de abril de 2012;
 - 5.1.3.11 ABNT NBR 14364:1999 – Elevadores e Escadas Rolantes – Inspetores de elevadores e escada rolantes – Qualificação;
 - 5.1.3.12 NBR NM 313:2007 – Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência de 02 de julho de 2007;
 - 5.1.3.13 ABNT NBR 15597:2010 – Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores – Elevadores existentes – Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas;
 - 5.1.3.14 MT NR 18:2013 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção de maio de 2013;
 - 5.1.3.15 Lei Federal 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
 - 5.1.3.16 Manual de Obras Públicas – Edificações, Práticas da SEAP – Comprasnet.
- 5.2 O contrato será por Escopo com prazo determinado para execução, quando o contratado deverá entregar para a Administração o objeto pactuado;
- 5.3 Os critérios e práticas de sustentabilidade serão baseados na Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;
- 5.4 **A duração do contrato será de 540 (quinhentos e quarenta) dias;**
- 5.5 Não haverá eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;
- 5.6 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato;
- 5.7 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.



6. VISTORIA

- 6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local da execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone **(61) 2032-5703/5224/5503** ou 9.9986-0941;
- 6.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;
- 6.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;
- 6.2.2 Recomenda-se que a vistoria seja efetuada por técnico especializado do quadro de pessoal da licitante;
- 6.2.3 A licitante poderá vistoriar as instalações que ficam no edifício sede dos Ministérios de Minas e Energia e do Ministério do Turismo, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, em Brasília/DF;
- 6.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante ou ao seu representante legal poderá ser disponibilizado as informações relativas ao objeto da licitação em CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta;
- 6.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;
- 6.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme Declaração de Vistoria (**APÊNDICE II**).

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.1.1 A execução do objeto será realizada com base no cronograma abaixo disposto, que tomou como referência o cronograma físico financeiro estabelecido no Contrato 04/2021-MME firmado com TK ELEVADORES BRASIL LTDA, com prazo de 540 dias, para a execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, mediante a expedição de Ordens de Serviços mensais.
- 7.1.1.1 Cronograma físico de execução estimativo



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CRONOGRAMA FÍSICO																					
Item	Descrição	Etapa/Mês																		Total	Média Mensal
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª		
		Dias transcorridos a partir do início da obra																			
		30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	370	400	430	460	490	510	540		
		Quantidade mensal estimada de horas a ser demandada																			
1	Engº Mecânico			10	40	40	32	34	32	50	32	32	32	32	32	40	40	35	35	548	34
2	Engº Eletricista			0	6	6	6	14	12	6	6	12	10	6	6	17	6	6	6	125	8
3	Engº Civil			0	2	8	4		4	6	8	8	0	8	8		2	2		60	4
Total/Mês		0	0	10	48	54	42	48	48	62	46	52	42	46	46	57	48	43	41		
Total Geral																				733	46

7.1.1.2 A estimativa acima poderá ser demandada na totalidade ou não, a depender da Fiscalização.

7.1.2 Para atender ao objeto é necessário que a futura Contratada possua ou venha a contratar profissionais detentores de perfil profissional conforme especificado no Item 1.2 do objeto.

7.1.3 Será disponibilizado um local no Ministério de Minas e Energia para que possam ser feitas as atividades inerentes ao objeto contratual.

7.1.4 Os principais serviços que a Contratada deverá executar são os de assessoramento e de apoio técnico à Fiscalização até o recebimento final de todos os elevadores englobados no escopo da modernização, em que se destacam os seguintes serviços:

7.1.4.1 Liberação de serviços do empreendimento/obra, bem como de novas frentes de serviços;

7.1.4.2 Análise, acompanhamento, atualizações e estudos de impactos dos prazos de execução e dos preços decorrentes de alterações de cronograma físico-financeiro do empreendimento/obra;

7.1.4.3 Prestar assessoramento e apoio técnico no gerenciamento das interfaces entre projeto, obras, meio ambiente e segurança operacional;

7.1.4.4 Assessoramento e apoio técnico na análise e aprovação do **Projeto Executivo**, revisão/compatibilização de projetos, orçamentos e cronogramas elaborados pela Contratada pela modernização;

7.1.4.5 Criar e implementar rotinas de fiscalização e controle tecnológico, bem como aferição e diagnóstico da evolução física dos serviços;

7.1.4.6 Assessoramento e apoio técnico na análise de proposições de alterações de especificações técnicas e/ou nos projetos do empreendimento/obra;

7.1.4.7 Estudo de impactos (financeiro, executivo, ambiental, cronograma, etc.) provocados pelas propostas de alterações de quantitativos de serviços e custos do empreendimento/obra;



- 7.1.4.8 Análise dos recursos (equipamentos, materiais, mão de obra, etc.) alocados no empreendimento/obra, e proposição de adequação destes, caso necessário, tendo em vista a recuperação e/ou cumprimento do cronograma/prazo de execução do empreendimento/obra;
- 7.1.4.9 Assessoramento e apoio técnico no acompanhamento e atualização dos projetos “as built” do empreendimento/obra;
- 7.1.4.10 Assessoramento e apoio técnico no esclarecimento de dúvidas relacionadas à documentação técnica dos projetos (plantas, desenhos, seções, planilhas, especificações, etc.) do empreendimento/obra;
- 7.1.4.11 Estudo dos impactos sobre o custo e o prazo de execução dos serviços integrantes do empreendimento/obra e prazo final de entrega da obra, provocados pelo não cumprimento das metas planejadas, pelas alterações, e/ou adequações e/ou atualizações havidas nos projetos do empreendimento/obra;
- 7.1.4.12 Controle de qualidade de materiais, equipamentos e serviços aplicados/instalados no empreendimento/ obra;
- 7.1.4.13 Controle tecnológico de materiais e serviços aplicados no empreendimento/obra;
- 7.1.4.14 Assessoramento e apoio técnico em levantamentos de quantitativos e elaboração de orçamentos (tanto em projeto como em obra);
- 7.1.4.15 Avaliação e parecer quanto a pleitos, propostos pela Contratada da modernização, encaminhados ao Ministério de Minas e Energia;
- 7.1.4.16 Prestar assessoramento e apoio técnico e administrativo (elaboração de relatórios, estudos, etc.) para questionamentos realizados ao Ministério de Minas e Energia tanto por órgãos de controle/fiscalização externos e internos;
- 7.1.4.17 Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, analisando e emitindo parecer sobre os eventuais ajustes necessários e os propostos, que venham a ocorrer durante o desenvolvimento dos trabalhos/obras, devendo a contratada interagir com a Contratada pela modernização para promover ações no sentido de recuperar eventuais atrasos no cronograma;
- 7.1.4.18 Verificar e emitir parecer sobre eventuais acréscimos ou supressões de serviços ou materiais necessários para perfeita execução do empreendimento/obra;
- 7.1.4.19 Analisar e emitir parecer sobre os materiais similares propostos, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas;



- 7.1.4.20 Realizar vistorias técnicas para acompanhamento dos serviços e registro de ocorrências ambientais, assim como comunicar as ocorrências aos setores competentes e propor a emissão de Comunicação de Não Conformidades e Notificações Ambientais;
- 7.1.4.21 Verificar e emitir parecer sobre as medições dos serviços, bem como conferir, analisar e validar a documentação contratual relacionada aos processos de medição dos serviços prestados pela Contratada da modernização;
- 7.1.4.22 Recomendar a substituição de qualquer funcionário da Contratada da modernização que embarace e/ou dificulte as ações de fiscalização das obras;
- 7.1.4.23 Avaliar qualitativa e quantitativamente o desempenho dos trabalhos da Contratada da modernização no tocante aos padrões de qualidade de serviço, prazos, eficiência, eficácia, etc.;
- 7.1.4.24 Recebimento e comissionamento do empreendimento/obra;
- 7.1.4.25 Avaliar as atividades de manutenção, verificando se estão de acordo com o planejado e se estão sendo realizadas respeitando as boas práticas de forma que os elevadores em operação possuam segurança e confiabilidade, de acordo com as limitações técnicas dos mesmos;
- 7.1.4.26 Elaborar controles, relatórios fotográficos semanais com o andamento das obras e serviços, relatórios de não conformidade e “check-list” de verificação das atividades relativas às disciplinas;
- 7.1.4.27 Emitir relatórios técnicos mensais de acompanhamento da obra contendo as informações das medições mensais e acompanhamento do cronograma físico-financeiro;
- 7.1.4.28 Monitorar o avanço da obra através da comparação do cronograma inicial, de acordo com o progresso real, detectando as atividades que frustraram o prazo ou aquelas que foram feitas em menor tempo;
- 7.1.5 À contratada pela modernização é atribuída a responsabilidade de encaminhar previamente à Fiscalização do Ministério de Minas e Energia, para análise e aprovação, todas as ações que envolverem:
 - 7.1.5.1 Aprovação e/ou rejeição de Projetos;
 - 7.1.5.2 Abertura de frentes de serviços do empreendimento/obra;
 - 7.1.5.3 Liberação de serviços do empreendimento/obra;
 - 7.1.5.4 Alterações de cronograma do empreendimento/obra;
 - 7.1.5.5 Atualizações e/ou adequações e/ou modificações em projetos, orçamentos e especificações técnicas do empreendimento/obra, assim como nas especificações/orçamentos;



- 7.1.5.6 Alterações contratuais;
 - 7.1.5.7 Alterações na programação dos serviços do empreendimento/obras;
 - 7.1.5.8 Alocação de recursos humanos e materiais;
 - 7.1.5.9 Análise e parecer de medições (e documentação contratual solicitada pelo Ministério de Minas e Energia) dos serviços executados pela Contratada pela modernização;
 - 7.1.5.10 Relatórios de comissionamento das instalações e equipamentos executados/instalados no empreendimento/obra;
 - 7.1.5.11 Relatórios de Supervisão Ambiental, emitidos pela executante da modernização, previamente analisados;
 - 7.1.5.12 A documentação correspondente às ações necessárias deve ser submetida ao Ministério de Minas e Energia, em tempo hábil que permita análise e decisão sem comprometer o planejamento/cronograma da obra, seus custos, qualidade e a conclusão nos prazos contratuais previstos.
- a) Caso seja constatada qualquer modificação dos itens relacionados sem a aprovação prévia do Ministério de Minas e Energia, a Contratada pelo empreendimento/obra será prontamente responsabilizada civil e financeiramente;
- 7.1.5.13 A Contratada da modernização não está autorizada a tomar qualquer decisão que altere as condições originais do empreendimento/obra sem a aprovação prévia e formal do Ministério de Minas e Energia;
 - 7.1.5.14 A Contratada pela modernização não está autorizada a tomar decisões que modifique qualquer das cláusulas pactuadas no contrato, bem como as condições originais do empreendimento/obra (orçamento, cronograma, especificações e projetos) sem a formal aprovação do Ministério de Minas e Energia;
 - 7.1.5.15 A Contratada pela modernização será responsabilizada civil e financeiramente pelos serviços que não forem executados dentro das melhores práticas e Normas Técnicas vigentes, bem como por aqueles que não atenderem às especificações técnicas aprovadas pelo Ministério de Minas e Energia, quando for comprovado que as divergências decorreram de erro ou falha nos serviços executados pela mesma;
 - 7.1.5.16 A Contratada pela modernização será responsável pela correção e exatidão de todos os dados e informações por ela prestada, inclusive aquelas relativas a levantamentos de quantitativos em projetos e aplicados na obra;
 - 7.1.5.17 Os assuntos tratados no âmbito da Contratada pela modernização, com prazos a serem cumpridos e que exija avaliação e decisão por parte do Ministério de Minas e Energia, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data limite que comprometa o prazo final da obra;



7.1.5.18 A Contratada pela modernização deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização do Ministério de Minas e Energia, permitindo o acesso aos serviços em execução, informações/documentação bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

7.1.6 Plano de Trabalho

7.1.6.1 Reunião de Início de Serviços - deve ser celebrada no início dos trabalhos entre a Fiscalização do Ministério de Minas e Energia e a empresa Contratada para o assessoramento e apoio técnico.

7.1.6.2 Nela serão tratados temas de interesse comum como, por exemplo, a adoção de diretrizes que nortearão a forma de atuação da Contratante. Dar-se-á destaque à definição mais precisa do escopo dos serviços da Contratada e à sua organização, que deverá ser ajustada à organização do Ministério de Minas e Energia;

7.1.6.3 Outros aspectos relevantes a serem tratados serão: procedimentos e rotinas técnicas, gerenciamento de documentos, implantação de arquivos técnicos e administrativos e critérios de mobilização de pessoal;

7.1.6.4 Esta reunião também tem como objetivo sanar todos os questionamentos acerca das atividades e procedimentos exigidos no Termo de Referência bem como os Quantitativos e Serviços previstos;

7.1.6.5 Apresentação para a Fiscalização da Contratada da solução de modernização previstas no Termo de Referência e seus Apêndices.

7.1.6.6 Os principais produtos resultantes desta atividade serão:

- a) Revisão de Planejamento: averiguar a necessidade de uma compatibilização do cronograma físico do contrato de assessoria técnica em relação ao cronograma físico financeiro da modernização em si;
- b) Procedimentos e Rotinas da Fiscalização: serão esclarecidas as exigências e responsabilidades na prestação dos serviços e discutido como serão os procedimentos de acesso ao prédio, horários, registros de frequência, se haverá a necessidade de trabalho fora do Órgão, envio de relatórios, apresentação formal da equipe de fiscalização e outras dúvidas ou questões que surgirem;
- c) Validação dos profissionais utilizados no contrato: devem ser apresentados os profissionais das 3(três) áreas – mecânica, elétrica e civil – com comprovação da qualificação, de forma a atender as exigências definidas neste TR.
- d) Emissão da Ordem de Serviço Inicial: será definida a data do início da prestação dos serviços e entregue a Ordem de Serviço Inicial.
- e) Ata de Reunião de Abertura: todas as definições serão registradas em ata, a ser assinada ainda durante a reunião por todos os participantes.

7.1.7 Execução dos serviços



7.1.7.1 A execução dos serviços será iniciada em data a ser definida pela Contratante na Ordem de Serviço Inicial mediante comunicação formal na Reunião de Início dos Serviços e obedecerá aos parâmetros estabelecidos neste TR.

7.1.8 Os serviços serão divididos em:

7.1.8.1 Serviços Técnico-Profissionais - Estudos e Projetos

- a) Analisar e dar parecer sobre o Projeto Executivo entregue pela empresa executora da obra, verificando a conformidade com o Projeto Básico;
- b) Providenciar laudos ou pareceres sobre o Projeto Executivo e a execução, quando solicitados pelo Fiscal do Contrato;
- c) Exigir, verificar e aprovar os desenhos “como construído” elaborados pela empresa executora da obra, registrando todas as modificações introduzidas nos projetos originais que se fizerem necessárias ou às modificações de projeto solicitadas pela Contratante durante a realização da obra, de modo a documentar fielmente os serviços efetivamente executados (os projetos “como construído” deverão ser entregues à Fiscalização no recebimento provisório da obra).
- d) Analisar o Manual de comissionamento entregue junto com o Projeto Executivo, verificando se todas as informações colocadas no mesmo possibilitam uma eficiente avaliação do funcionamento dos elevadores e antecipador de chamadas.

7.1.8.2 Análise de Aditivos e Elaboração de Orçamentos

- a) Emitir os correspondentes pareceres sobre as eventuais solicitações de prorrogação de prazos, interrupções, serviços extras, termos aditivos para acréscimos, supressões ou substituições, reajustamento e outros;
- b) Elaborar orçamentos específicos para a formação do preço dos aditivos contratuais, se houver, o quais deverão ser detalhados em planilhas, elaboradas a partir de composições de custos unitários, previstas no projeto, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na Internet, pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE. Para serviços não constantes do SINAPI, efetuar pesquisa em publicações regulares (PINI ou similar) ou ainda pesquisa de preços de mercado.

7.1.8.3 Perícias e Vistorias

- a) Verificar e dar parecer fundamentado sobre a similaridade ou equivalência dos materiais, equipamentos e dos serviços propostos ou fornecidos pela Contratada pelo empreendimento, em relação ao especificado nos projetos;
- b) Propor a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais e serviços empregados na obra objeto do contrato.
- c) Notificar imediatamente o Fiscal de Contrato sobre a necessidade de paralisar e/ou de solicitar nova realização de qualquer serviço que não seja executado em conformidade



com o Projeto Executivo, norma técnica ou qualquer disposição aplicável ao objeto do contrato, indicando as falhas e inconformidades constatadas.

- d) Informar ao Fiscal do Contrato a necessidade de substituição de materiais ou equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços ou à obra.
- e) Verificar se durante a execução dos serviços, a empresa executora da obra observa as recomendações dos fabricantes, os encargos e especificações estabelecidas e se os procedimentos empregados são eficazes para garantir a qualidade final dos trabalhos.
- f) Informar ao Fiscal do Contrato os serviços que a empresa executora da obra deva corrigir, refazer ou reconstruir, executados com erros ou imperfeições.
- g) Comparecer extraordinariamente ao canteiro de obras sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato ou para atender a situações emergenciais que exijam suas providências;
- h) Registrar no Diário de Obra a presença de sua Equipe Técnica, mediante a anotação dos respectivos períodos e profissionais.

7.1.8.4 Planejamento e Controle

- a) Analisar e dar parecer sobre os relatórios periódicos de execução do empreendimento, elaborados de conformidade com os requisitos estabelecidos no Projeto Executivo.
- b) Acompanhar e dar parecer sobre as aferições ou avaliações periódicas dos serviços, controlando o valor acumulado em função da despesa prevista.
- c) Exercer rigoroso controle do cronograma de execução, informando a tempo à Contratante, toda previsão ou constatação de atraso ou antecipação na conclusão da obra ou Etapas dos serviços.
- d) Participar de reuniões técnicas ou gerenciais sobre a obra (periódicas ou eventuais), para análise e discussão sobre o andamento dos serviços, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato, com o pessoal envolvido, inclusive fiscais de órgãos públicos.
- e) Elaborar todas as atas de reunião em que participar, registrando todos os assuntos tratados, bem como providenciar no fornecimento de cópia aos participantes e interessados.
- f) Elaborar check-list para recebimento da obra/serviços, contendo prazo para término das pendências (se houver) e solicitar termo de garantia.
- g) Auxiliar o Fiscal do Contrato na elaboração do Termo de Recebimento Provisório da obra.
- h) Elaborar relatório final contendo, além das informações sobre a obra, o desempenho da empresa executora e outros fornecedores no decorrer da obra, em relação ao prazo, suficiência de recursos e qualidade dos serviços.

7.1.8.5 Práticas de Sustentabilidade na Obra



a) Verificar a implementação, pela Contratada, das práticas de sustentabilidade na execução da obra e no fornecimento de materiais e equipamentos destinados à obra, em conformidade com o previsto no artigo 7º do Decreto no 7.746/2012 de 5 de junho 2012 da Presidência da República.

b) Para tanto, na execução de todos os trabalhos e serviços deverão ser observados os seguintes princípios:

- Redução do desperdício de materiais;
- Menor geração possível de resíduos;
- Adequada destinação dos resíduos, de conformidade com a Coleta Seletiva do Órgão;
- Materiais sustentáveis;
- Redução de impactos ao entorno;
- Qualidade do ambiente interno;
- Segurança no trabalho, com a participação da Brigada de Incêndio do prédio.

7.1.9 Para cada etapa/atividade de execução da modernização disposta no cronograma do empreendimento a assessoria técnica deverá apresentar um Parecer/Relatório à Fiscalização do Ministério de Minas e Energia, conforme disposto no cronograma da Contratada pela execução do empreendimento e recapitulado a seguir:

- a) Fornecedor de ART, Cronograma físico-financeiro e Plano de Manutenção
- b) Fornecedor de Projeto Executivo
- c) Fornecedor de material para modernização do conjunto de dois *Elevadores Sociais da Ala Sul* do Ed. Sede do MME com atualização tecnológica e adequação às normas vigentes
- d) Modernização do conjunto de dois *Elevadores Sociais da Ala Sul* do Ed. Sede do MME com atualização tecnológica e adequação às normas vigentes, incluindo obras civis necessárias.
- e) Sistema de antecipação de chamadas para o conjunto de dois *Elevadores Sociais da Ala Sul* do Ed. Sede do MME.
- f) Teste e comissionamento do conjunto de dois *Elevadores Sociais da Ala Sul* do Ed. Sede do MME.
- g) Fornecedor de material para modernização dos dois *Elevadores Serviço* do Ed. Sede do MME com atualização tecnológica e adequação às normas vigentes.
- h) Modernização do conjunto de dois elevadores Serviço do Ed. Sede do MME com atualização tecnológica e adequação às normas vigentes, incluindo obras civis necessárias
- i) Teste e comissionamento dos dois *Elevadores de Serviço* do Ed. Sede do MME.



- j) Fornecimento de material para modernização do conjunto de dois *Elevadores Sociais da Ala Norte* do Ed. Sede do MME com atualização tecnológica e adequação às normas vigentes.
- k) Modernização do conjunto de dois *Elevadores Sociais da Ala Norte* do Ed. Sede do MME com atualização tecnológica e adequação às normas vigentes, incluindo obras civis necessárias.
- l) Sistema de antecipação de chamadas para o conjunto de dois *Elevadores Sociais da Ala Norte* do Ed. Sede do MME.
- m) Teste e comissionamento do conjunto de dois *Elevadores Sociais da Ala Norte* do Ed. Sede do MME.
- n) Fornecimento de material para modernização de dois *Elevadores Privativos* do Ed. Sede do MME com atualização tecnológica e adequação às normas vigentes.
- o) Modernização do conjunto de dois *Elevadores Privativos* do Ed. Sede do MME com atualização Teste e comissionamento de dois *Elevadores Privativos* do Ed. Sede do MME. tecnológica e adequação às normas vigentes, incluindo obras civis necessárias
- p) Fornecimento de material para modernização do *Elevador de Carga* do Ed. Sede do MME com atualização tecnológica e adequação às normas vigentes.
- q) Modernização do *Elevador de Carga* do Ed. Sede do MME com atualização tecnológica e adequação às normas vigentes, incluindo obras civis necessárias.
- r) Teste e comissionamento do *Elevador de Carga* do Ed. Sede do MME.
- s) Fornecimento e instalação do *hardware* e *software* de monitoramento dos Elevadores.
- t) Projeto "As built", Manuais de Operação, Manutenção e Comissionamento

7.1.10 Nas Etapas de comissionamento a fiscalização deve ser informada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência para poder acompanhar, sob pena de não ser aceito.

7.1.11 Em caso de conformidade, o Fiscal do Contrato informará à Contratada a aceitação dos serviços e autorizará a emissão dos documentos de cobrança.

7.1.12 No caso de alguns serviços não estarem em conformidade com o contrato, discriminará, por meio de relatório as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do relatório, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível de sanções cabíveis. À contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo posteriormente os serviços impugnados a nova verificação do Fiscal do Contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1 A gestão do contrato será realizada:

8.1.1 Pelo Fiscal Técnico do Contrato, nomeado de conformidade com o Art. 67 da Lei 8.666/93, que será o responsável, dentre outras, pelas seguintes atribuições:

8.1.1.1 Realizar a fiscalização e acompanhamento do andamento dos trabalhos;



- 8.1.1.2 Atestar a execução física dos serviços, sob o ponto de vista da qualidade, prazo e quantidades, de conformidade com as especificações constantes deste TR;
- 8.1.1.3 Atestar a fatura para pagamento;
- 8.1.2 Pelo Gestor de Contrato, que será o responsável pelas providencias relativas a gestão das cláusulas contratuais e processamento do pagamento à Contratada;
- 8.1.3 A comunicação, entre o Contratante e a Contratada será feita, obedecendo as seguintes regras:
 - 8.1.3.1 Junto ao local dos serviços - pelo Fiscal de Contrato junto ao Preposto indicado pela Contratada e aceito pelo Contratante, que será o responsável pela execução dos serviços;
 - 8.1.3.2 Pelos Fiscal e Gestor de Contrato junto ao Preposto, para os demais assuntos relativos aos aspectos administrativos contratuais;
- 8.1.4 Critérios de medição dos serviços:
 - 8.1.4.1 Os serviços serão executados e medidos mensalmente conforme Planilha de Custos e Formação de Preços e Cronograma Físico-Financeiro dispostos neste TR, mediante o somatório das Ordens de Serviços expedidas pela Fiscalização;
 - 8.1.4.2 O procedimento de avaliação dos serviços deverá ser realizado periodicamente pela fiscalização do contrato, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que poderão ser realizados de forma eletrônica, salvados/anexados no processo mãe;
 - 8.1.4.3 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando a Contratada não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, cujos custos estão introduzidos nos valores unitários.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia,



mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

10.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

10.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11 Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

10.11.1 A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10.12 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.



11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 11.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



- 11.11 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.13 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.15 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.23 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:



- 11.23.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.23.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.24 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 11.25 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 11.26 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 11.27 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 11.28 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 11.29 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 11.30 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 11.31 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.32 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 11.33 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 11.34 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 11.35 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 11.36 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;



- 11.37 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 11.38 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.39 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 11.40 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 11.41 Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993
- 14.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.



- 14.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993
- 14.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.9 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:
- 14.9.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 14.9.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.9.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 14.10 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.



- 14.10.1 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada
- 14.11 Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.12 A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.13 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.14 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.15 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.16 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- 15.1.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 15.1.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 15.1.3 A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 15.2 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:



15.2.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.2.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.2.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.2.1.4 A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.2.2 No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.2.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.



- 15.3 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Fiscal do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 15.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
 - 15.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 15.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 15.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 15.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.4.1 o prazo de validade;



- 16.4.2 a data da emissão;
 - 16.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 16.4.4 o período de prestação dos serviços;
 - 16.4.5 o valor a pagar; e
 - 16.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 16.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.6.1 não produziu os resultados acordados;
 - 16.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 16.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$(6/100) / 365$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------	-----------------	--

17. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

17.1 Não haverá.

18. REAJUSTE

18.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se **Índice**



Nacional de Preços ao Consumidor – IPC-A (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 18.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 19.2 Pela forma de contratação, que é por demanda e pela forma de pagamento que acontece somente após a entrega definitiva mensal do serviço, com ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal do contrato, não há risco para administração.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
 - 20.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 20.1.3 fraudar na execução do contrato;
 - 20.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
 - 20.1.5 cometer fraude fiscal;
 - 20.1.6 não manter a proposta.
- 20.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 20.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;



20.2.2 Multa de:

20.2.2.1 **0,1% (um décimo por cento)** por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 **1% (um por cento)** sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3 **10% (dez por cento)** sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4 **0,2% a 3,2%** por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato



Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

20.5 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

20.5.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



- 20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 21.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor consistem na apresentação de:
- 21.3.1 Registro ou Inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência (Engenharia Mecânica, Elétrica e Civil), conforme Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, e em plena validade;
- 21.3.2 **Atestado (s) de Capacitação Técnica, operacionais**, emitidos por empresas de direito público ou privado devidamente identificadas, **em nome da licitante**, onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos quais constem, referências às parcelas de maior relevância técnica, assim consideradas:
- 21.3.2.1 ***Prestação de serviços de assessoramento e de apoio técnico de nível superior à fiscalização de obra de modernização de elevadores, no (mínimo em 3 (três) unidades, permitido o somatório) nas áreas de engenharia mecânica, elétrica e civil.***



a) Os atestados exigidos no subitem anterior, deverão conter as seguintes informações:

- Identificação e endereço completo da pessoa jurídica emissora do documento;
- Data e local de expedição do documento;
- Descrição da data de início e término da prestação dos serviços referenciados no documento.

21.3.3 **Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, para a comprovação da capacitação técnico-profissional, expedida pelo CREA, em nome do (s) responsável (is) técnico (s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do contrato de assessoramento e de apoio técnico de nível superior, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

21.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.5 **Valor Global: R\$ 115.840,16 (cento e quinze mil, oitocentos e quarenta reais e dezesseis centavos).**

21.5.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.6 Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

21.7 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.8 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1 O custo estimado da contratação é de **R\$ 115.840,16 (cento e quinze mil, oitocentos e quarenta reais e dezesseis centavos).**

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1 A despesa será custeada à conta da Ação 2000 ND – 33 90 39 PTRES - 173417

24. DOS ANEXOS

24.1 Integram este **Termo de Referência**, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos/Apêndices:

24.1.1 **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

APÊNDICE I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

APÊNDICE III – PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS;

APÊNDICE IV – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI;

APÊNDICE V – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;



25. DOS MODELOS A SEREM DISPONIBILIZADOS E PREENCHIDOS PELA LICITANTE NA SUA PROPOSTA

- 25.1 Modelo A - Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços;
- 25.2 Modelo B - Planilha de Composição de BDI;
- 25.3 Modelo C - Cronograma físico-financeiro.

APÊNDICE I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar 11/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.001099/2021-75

2. Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços visando assistir e subsidiar à fiscalização, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, mediante assessoramento e apoio técnico de nível superior durante a execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Brasília/DF, por demanda.

3. Descrição da necessidade

Com a contratação da empresa TK ELEVADORES BRASIL LTDA., CNPJ/ME nº 90.347.840/0006-22 através do Contrato 04/2021-MME, para execução dos serviços de modernização dos elevadores do Edifício Sede no Ministério de Minas e Energia, conforme Pregão Eletrônico nº 18/2020-MME, homologado e adjudicado em 28/12/2020, visto a complexidade do objeto, distinta das atividades desenvolvidas pelos servidores do Órgão é fundamental ter assessoria técnica para auxiliar no acompanhamento dos trabalhos e medições, a fim de garantir-se o bom andamento da empreitada, do cronograma físico-financeiro, evitando atrasos e desperdício de recursos.

A disponibilização da assistência técnica e subsídios de nível superior à fiscalização da modernização dos elevadores do Edifício Sede deverá estar de acordo com o cronograma de execução da obra.

Tendo em vista o escopo do objeto será necessária assistência técnica nas áreas de engenharia mecânica, elétrica e civil que serão demandadas por etapas.

Como os serviços de mais altas complexidades serão os da área mecânica, o profissional a prestar assistência técnica deverá ter experiência profissional no nível Sênior.

A necessidade da contratação se justifica em razão da ausência de servidores com conhecimentos específicos em elevadores no Órgão.



No cronograma de execução dos serviços de modernização só serão iniciados os serviços com mão de obra local após a 3ª etapa após a entrega dos materiais dos primeiros elevadores. Após esta etapa o contrato de modernização se estenderá pelo período de 15 meses. Nesse período será necessária a presença constante da assistência técnica à fiscalização, de forma a acompanhar o andamento dos serviços e possibilitar a comprovação da qualidade da modernização a ser realizada quanto ao atendimento dos objetivos de confiabilidade e manutenibilidade pretendidas.

4. Área requisitante

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho
Divisão de Obras e Serviços de Engenharia	Anadergi Rosa de Freitas

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A licitação será realizada na modalidade denominada Pregão Eletrônico, nos termos da legislação abaixo e demais condições ao qual o objeto se enquadra:

- Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e/ou a que lhe seguir;
- Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Decreto de nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia;
- Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019, que alterou o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

Norma Regulamentadora NR10/Ministério da Economia – objetivo de garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interagem nas instalações e serviços com eletricidade;

Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas:

- NBR IEC 16641– segurança, para arcos elétricos em painéis de baixa tensão;



- NBR NM 207:1999 – Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação de 30 de novembro de 1999;
- ABNT NBR 5665:1987 – Cálculo de Tráfego dos Elevadores – março de 1987;
- ABNT NBR NM 196:1999 - Elevadores de passageiros e monta cargas – Guias para carros e contrapesos – Perfil “T” de maio de 1999;
- ABNT NBR 5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão de março de 2018;
- ABNT NBR 5462:1994 – Confiabilidade e Manutenibilidade de novembro de 1994;
- ABNT NBR 16083:2012 – Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes – Requisitos para instruções de manutenção.
- ABNT NBR 313:2007 – Elevadores de passageiros – requisitos de segurança para construção e
- Instalação de julho de 2007;
- ABNT NBR 9050:2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos de setembro de 2015;
- ABNT NBR 16042:2012 – Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores sem casa de máquinas de 3 de abril de 2012;
- ABNT NBR 14364:1999 – Elevadores e Escadas Rolantes – Inspetores de elevadores e escada rolantes – Qualificação;
- NBR NM 313:2007 – Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência de 02 de julho de 2007;
- ABNT NBR 15597:2010 – Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores Elevadores existentes – Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas;
- MT NR 18:2013 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção de maio de 2013;
- Lei Federal 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Manual de Obras Públicas – Edificações, Práticas da SEAP – Comprasnet.

O contrato será por Escopo com prazo determinado para execução, quando o contratado deverá entregar para a Administração o objeto pactuado;

Os critérios e práticas de sustentabilidade serão baseados na Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;



A duração do contrato será de **540 (quinhentos e quarenta) dias**;

Não haverá eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato;

As obrigações da Contratada e Contratante serão previstas no Termo de Referência a ser elaborado.

6. Levantamento de Mercado

O Ministério de Minas e Energia contratou a empresa TK ELEVADORES BRASIL LTDA., CNPJ/ME nº 90.347.840/0006-22 através do Contrato 04/2021-MME, firmado em 25/03/2021, com prazo de 540 dias para execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do seu Edifício Sede, com base em um Projeto Básico elaborado por uma empresa particular, contratada também neste sentido.

Ocorre que a Administração não dispõe de servidores com a formação específica para exercer a fiscalização da execução do contrato, dever inafastável do Órgão.

Para solucionar essa dificuldade poderia ser estabelecida algum tipo de cooperação técnica entre entes públicos, para a cessão de servidores com as formações técnicas necessárias, todavia trata-se de processos demorados e que podem não resultar em sucesso.

Desta forma com base no Art. 67 da Lei 8.666/93, optou-se em contratar terceiros para assistir e subsidiar à Fiscalização de informações pertinentes a essa atribuição.

Assim sendo foi identificado no Mercado opções de contratação para essa finalidade, que poderia ser por meio de consultores, pessoas físicas ou jurídicas remuneradas por produtos, ou empresas especializadas por empreitada global, por demanda conforme a necessidade, com a disponibilização dos profissionais.

Como o serviço de assessoramento técnico e apoio é multidisciplinar envolvendo as áreas de engenharia mecânica, elétrica e civil, no caso da contratação recair sobre consultores haveria a necessidade de 3(três) profissionais com formações distintas nessas áreas, para atender a demanda, o que poderia originar responsabilidades técnicas difusas, o que foi descartado.

Deste jeito, a opção recaiu na contratação de uma empresa privada, por empreitada global, por preços unitários, que pudesse disponibilizar o apoio técnico das 3(três) áreas de engenharia, por meio de profissionais do seu quadro ou que viesse a contratar, sob a sua responsabilidade, por demanda, por ordem de serviço, a medida que a Fiscalização necessitasse



7. Descrição da solução como um todo

A Descrição da solução como um todo está vinculada a prestação de serviços de assessoramento e apoio técnico a Fiscalização durante a execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília/DF, de conformidade com Art. 67 da Lei 8.666/93.

Essa prestação de serviços será feita por meio de engenheiros das áreas de engenharia mecânica, elétrica e civil a ser disponibilizados por uma empresa contratada para essa finalidade.

Esses profissionais seriam demandados conforme a necessidade, a critério da Fiscalização, mediante Ordem de Serviços, cuja métrica de medição será por hora/homem de serviço prestado, mediante uma Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada neste sentido.

Os profissionais a serem disponibilizados pela Contratada deverão ter as seguintes qualificações e atribuições:

Engenheiro Mecânico Sênior

Qualificação Mínima: Curso de graduação em Engenharia Mecânica com diploma expedido por escola de nível superior, reconhecida pelo MEC. É necessário que este profissional tenha experiência em fiscalização de obras semelhantes ao empreendimento/obra que será fiscalizado. Deve possuir pelo menos 10 anos de experiência, comprovada, em fiscalização de obras de modernização e/ou instalação de elevadores.

Qualificações Específicas: É necessário que este profissional tenha experiência em fiscalização de obras de modernização e/ou instalação de elevadores de complexidade técnica similar ou superior.

Engenheiro Eletricista Pleno

Qualificação Mínima: Curso de graduação em Engenharia Elétrica com habilitação em Eletrotécnica com diploma expedido por escola de nível superior, reconhecida pelo MEC. É necessário que este profissional tenha experiência em fiscalização de obras semelhantes ao empreendimento/obra que será fiscalizado. Deve possuir pelo menos 5 anos de experiência, comprovada, em fiscalização de obras.

Qualificações Específicas: É necessário que este profissional conhecer perfeitamente os parâmetros elétricos tais como potência, tensão corrente, fator de potência, queda de tensão, corrente de curto-circuito; tenha conhecimento sobre transformadores, Grupos Geradores, painéis e quadros de comando e proteção, no-breaks, disjuntores de alta e baixa tensão, redes elétricas de alta e baixa tensão aéreas e subterrâneas; proteção de circuitos em alta e baixa tensão; de transferência de cargas de potência (da ordem de 2.000 kVA); inversores de frequência.



Engenheiro Civil Pleno

Qualificação Mínima: Curso de graduação em Engenharia Civil com certificado expedido por escola de nível superior, reconhecida pelo MEC. É necessário que este profissional tenha experiência em fiscalização de projetos semelhantes ao empreendimento/obra que será fiscalizado. Deve possuir pelo menos 5 anos de experiência, comprovada, em fiscalização de projetos.

Qualificações Específicas: Necessária a experiência em projetos, análise e cálculos estruturais de Estruturas de Concreto Armado *in-loco* e Pré-fabricadas. Conhecimentos comprovados em elaboração, análise e verificação de projetos estruturais, memórias de cálculo e desenvolvimento de estudos de projeto estruturais para elementos pré-fabricados. Desejável pós-graduação na área estruturas de concreto, conhecimento de ferramentas para conferência de cálculos estruturais, e, experiência em fiscalização de obras similares.

Elaboração de Relatórios Técnicos

Constituem os principais produtos a serem fornecidos pela Contratada no desempenho do serviço de fiscalização e apoio à fiscalização.

Eles possibilitam ao Ministério de Minas e Energia gerenciar a implantação do empreendimento e monitorar o desenvolvimento dos aspectos prazo, custos e qualidade dos serviços e fornecem, também, subsídios que permitem ao Ministério de Minas e Energia tomar decisões acerca do cumprimento das metas estabelecidas.

O relatório deverá relacionar também todas as atividades realizadas pela Assessoria no período, incluindo as realizadas no canteiro (vistorias, inspeções de materiais e acabamentos, acompanhamento de testes *in loco* etc.) ou fora dele (laudos, reuniões, análises de custos, consultas a concessionárias de serviços públicos etc.), contendo no mínimo o seguinte:

Relação quantificada e qualificada de todos os serviços realizados pela construtora;

Fotos digitais da obra, ilustrando o andamento dos serviços efetuados na fase.

Estes relatórios deverão ser apresentados em arquivo em meio digital, devidamente assinada pelo profissional competente, podendo ser enviado em e-mail, sendo válido somente se houver um de acordo no recebimento do mesmo.

Dentre os registros e relatórios a serem gerados e acompanhados nesta atividade, destacam-se:

Diário de Obras: como não teremos mão de obra alocada no contrato em tempo integral, a execução de um Diário de Obras torna-se desnecessário. Porém, apesar da exigência de entrega de relatórios semanais com o andamento da modernização, é importante que cada visita realizada por um profissional da assessoria técnica possua registro das atividades que realizou. Desta forma, a CONTRATADA deve enviar sempre ao final de uma visita ou da observação de algum fato um “Diário”



via e-mail para o Fiscal do Contrato, contendo um breve relato das atividades verificadas, colocando fotos se entender necessário, que podem fazer parte dos Relatórios Semanais posteriormente.

Atas de Reunião: além das reuniões de programação e avaliação, serão realizadas também reuniões de avaliações técnicas. Em ambas as ocasiões, serão confeccionadas atas a serem assinadas por todos os participantes, a quem cujas cópias serão, posteriormente, distribuídas. Caberá à CONTRATADA sugerir as reuniões, inclusive a elaboração da agenda dos assuntos a serem tratados.

Relatório de Análise de Projeto

Deve constar uma análise de todos os documentos e soluções apresentadas que compõem o Projeto Executivo, contendo:

Análise: descrição das informações previstas nos projetos e documentos do Projeto Executivo, de forma a garantia da execução dos pré-requisitos definidos no Termo de Referência.

Conclusão: baseando-se na análise realizada

Conclusão: baseando-se na análise realizada dos documentos que compõem o Projeto Executivo deve ser emitida uma conclusão sobre os mesmos, ratificando as informações repassadas ou elucidando as modificações que devem ser feitas.

Avaliação individual por Documento:

AP – Aprovado: pode ser executado;

AR – Aprovado com Ressalvas: pode ser executado, porém devem ser realizadas correções;

RE – Reprovado: não pode ser executado.

Relatório de Fiscalização da Obra:

A Contratada deverá, observando o Cronograma Físico- Financeiro, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos após a data prevista para o encerramento dos serviços relativos a cada fase, notificar a Contratante da conclusão dos serviços, por meio de carta, entregue ao Fiscal do Contrato, mediante recibo e acompanhada do respectivo Relatório de Fiscalização da Obra.

O Relatório de Fiscalização da Obra, relativo ao andamento da obra e aos serviços de assessoria à fiscalização deverá ser apresentar ao final de cada Etapa ao Fiscal do Contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da notificação de conclusão de cada fase da obra emitida pela empresa de modernização. O relatório deverá detalhar quantitativamente os serviços executados pela construtora em cada fase da obra, informando a conclusão das Etapas no período ou, se não concluídas, o percentual realizado, de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra. O relatório ainda deverá detalhar qualitativamente os serviços realizados pela empresa executora, com a descrição pormenorizada dos mesmos, materiais e técnicas utilizadas e observações sobre sua correlação com os memoriais e plantas do projeto básico e do projeto executivo, incluindo parecer quanto ao desempenho da construtora e outros fornecedores no decorrer do período, em relação ao prazo, suficiência de recursos e qualidade dos serviços.



Relatórios Semanais:

Abrangem as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA quanto à fiscalização do planejamento, projeto e obras, devendo ser fornecidos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, devendo ao fechar o mês serem fornecidos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devendo conter:

Relatório de Andamento dos Serviços:

Principais ocorrências no período; informação sobre a produção na execução dos serviços no período; Análise da qualidade dos serviços, através de quadro controle de nível de qualidade; Cronogramas com percentuais dos serviços no período e percentuais acumulados dos serviços; Planilha de custos atualizada do contrato sob fiscalização; Relação e síntese dos ensaios / testes de materiais e serviços, quando efetuados no período; Acompanhamento de todas as não-conformidades que serão registradas e monitoradas até que sejam devidamente sanadas. Entretanto, igualmente importantes serão as ações preventivas adotadas para que os erros não se repitam; Relação quantificada da mão-de-obra alocada, no período, no contrato pertencente ao seu escopo de fiscalização. Planilha com a relação de vistorias à obra que foram realizadas, discriminando os profissionais, datas, horários de entrada e saída e resumo das atividades; Relação da documentação técnica produzida (laudos, pareceres, planos, proposições de medidas etc.).

Relatório Fotográfico:

Relatório fotográfico, que permitam avaliar o andamento e a qualidade dos serviços; Fotos digitais com definição legível que identifiquem cada uma das características definidas no Termo de Referência e Apêndices do Projeto Básico da Modernização dos Elevadores. As fotos devem possuir legenda discriminando exatamente os componentes ou outros itens definidos no Termo de Referência e Apêndices.

Relatório de Material Entregue:

Lista de materiais entregues.

Registro Ponto:

Devem ser fornecidos os registros de entrada e saída de cada visita realizada assinados pelo Fiscal do Ministério de Minas e Energia Essa informação servirá de base para o pagamento local. Essa informação servirá de base para o pagamento dos serviços prestados.

Relatório de Comissionamento:

Deve conter todas as informações previstas no Manual de Comissionamento aprovado no Projeto Executivo, preenchidas com acompanhamento da assessoria técnica contratada e da fiscalização do Ministério de Minas e Energia. Os serviços de comissionamento devem obrigatoriamente ser realizados em conjunto com a Fiscalização do Ministério de Minas e Energia e para que isto ocorra o mesmo deve ser avisado com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.



Relatório Final:

A Contratada deverá, no prazo de até cinco (5) dias úteis após a data prevista para o encerramento dos serviços notificar a Contratante da conclusão dos serviços, por meio de carta, entregue ao Fiscal do Contrato mediante recibo e acompanhada do respectivo Relatório de Serviços Executados, informando as Etapas concluídas. O Relatório Final abrangerá todo o controle do empreendimento quanto a prazo, custos, quantidades e qualidade dos serviços executados; elaboração e cadastro de “as built”; testes de funcionalidade e operacionalidade dos equipamentos e sistemas implantados e comissionados.

Anotação de Responsabilidade Técnica – ART

Deverão ser emitidas 03 (três) ART, sendo cada uma para a área de atuação e o respectivo profissional da contratada, no começo da prestação dos serviços de modernização dos elevadores. Todas as vezes que a CONTRATADA substituir um Engenheiro, mediante aprovação da CONTRATANTE, deverá ser providenciada uma nova anotação de responsabilidade técnica.

8. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Item	Descrição/Especificação	Unid de Medida	Quant (a)
1.0	Prestação de Assistência Técnica e Subsídios à Fiscalização durante a execução dos serviços de modernização dos elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, por intermédio de:		
1.1	Engenheiro Mecânico Sênior	h	548
1.2	Engenheiro Eletricista Pleno	h	125
1.3	Engenheiro Civil Pleno	h	60

9. Estimativa do Valor da Contratação

R\$ 115.840,16 (cento e quinze mil, oitocentos e quarenta reais e dezesseis centavos).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Devido à natureza dos serviços de assessoramento e apoio técnico à Fiscalização, o Parcelamento da Solução não é possível, sob pena de haver prejuízo para o conjunto da solução, sendo tecnicamente inviável dividir a direção técnica da fiscalização, que deverá possuir uma integração dos momentos necessários para a vistoria e acompanhamento da evolução das obras.

O não Parcelamento da Solução de assessoria técnica não irá causar perda ou ampliação da competitividade, podendo ao invés disso causar prejuízos na execução do serviço relacionadas ao tempo de execução que já será longo, além de gerar altos riscos de causar maiores custos por incompatibilidade entre os prestadores de serviço considerando o escopo do fornecimento principalmente dos serviços que se permitirá subcontratação.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá!



12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação foi programada no PAC2021 no Item 555 e no PAC2022 no Item 590.

13. Resultados Pretendidos

Pretende-se com a contratação de uma empresa privada, especializada, para prestação de serviços visando assistir e subsidiar à Fiscalização, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, por meio de assessoramento e apoio técnico de nível superior durante:

A execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Brasília/DF, contratados juntos a empresa TK ELEVADORES BRASIL LTDA., CNPJ/ME nº 90.347.840/0006-22 através do Contrato 04/2021-MME,

que será que será feito por demanda, conforme condições, quantidades e exigências a serem dispostas no Edital e seus anexos, que o trabalho de fiscalização, um dever inafastável da Administração, seja realizado com mais esmero, criterioso, eficiente e eficaz para obter com sucesso, a entrega, com fornecimento e a instalação dos novos 9(nove) elevadores modernizados, ao preço contratado e no prazo acordado de 540(quinhetos e quarenta) dias, com a citada empresa.

14. Providências a serem adotadas

As providencias a serem adotadas para viabilizar e dar sequência a este Estudo Preliminar Digital visando a:

"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços visando assistir e subsidiar à fiscalização, de conformidade com Art. 67 da Lei 8.666/93, mediante assessoramento e apoio técnico de nível superior durante a execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Brasília/DF, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas",

Será a elaboração do Termo de Referência, para nortear a licitação e sua aprovação pela autoridade competente, elaboração do edital, processamento da licitação e em seguida a contratação da empresa vencedora, visto que a despesa consta do Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Órgão para 2021 e 2022.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não haverá por se tratar de um trabalho de prestação de apoio e assessoramento técnico!

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16.1. Justificativa da Inviabilidade

Esta equipe de planejamento entende que é viável o objeto deste ETP.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

17. Responsáveis

ALVANIR DA SILVA CARVALHO
Coordenador de Atividades Gerais

WILMA SALES FERREIRA NUNES ROSA
Administradora

EDVANDA BARBOSA DA SILVA
Assistente

APÊNDICE II DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços visando assistir e subsidiar à fiscalização, de conformidade com Art. 67 da Lei 8.666/93, mediante assessoramento e apoio técnico de nível superior durante a execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília/DF, por demanda, conforme condições e especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

A Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME, por intermédio do servidor abaixo identificado, declara que a empresa:

Nome:			
CNPJ:			
Endereço:			
Fone:	Fax:	Celular:	e-mail:
Representante:			C.I.:

Procedeu vistoria o local e de que tomou conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência, Anexo I do Edital, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta.

Brasília/DF, de.....de 2021

Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME

Licitante



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

APÊNDICE III
Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços

Anexo C – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços

Item	Descrição/Especificação	Unid de Medida	Quant (a)	Valor de Referência Máximo Aceitável (R\$)		Horas /mês	Horas/dia
				Unit.	Total		
				(b)	(c)=(a)x(b)		
1.0	Assistência Técnica e Subsídios à Fiscalização durante a execução dos serviços de modernização dos elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, por profissionais de nível superior						
1.1	Engenheiro Mecânico Sênior	h	548	141,29	77.426,92	30	1,45
1.2	Engenheiro Eletricista Pleno	h	125	106,56	13.320,00	7	0,33
1.3	Engenheiro Civil Pleno	h	60	103,36	6.201,60	3	0,16
	Total				96.948,52		
2.0	BDI %		19,48626%		18.891,64		
	Total Geral				115.840,16		
Item	Fonte de Preços						
1.2	SINAPI/CEF - TABELA PREÇOS DE INSUMOS - BRASÍLIA - 02/2021 - 00002708 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR H CR 141,29 (*)						
1.3	SINAPI/CEF - TABELA PREÇOS DE INSUMOS - BRASÍLIA - 02/2021 - 00034783 ENGENHEIRO ELETRICISTA H CR 106,56						
1.3	SINAPI/CEF - TABELA PREÇOS DE INSUMOS - BRASÍLIA - 02/2021 - 00002707 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO H CR 103,36						
2.0	Composição - Acórdão do TCU nº 2622/2013 - Plenário.						
(*)	Como a TABELA SINAPI/CEF TABELA PREÇOS DE INSUMOS - BRASÍLIA - 02/2021 não traz cotação para ENGENHEIRO MECÂNICO SENIOR, foi utilizado a cotação ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR						

APÊNDICE IV
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

CÁLCULO DO BDI	
1) Taxa de rateio da administração central/custos indiretos, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2) Taxa das despesas financeiras;	
3) Taxa de lucro;	
4) Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB).	
BDI = { [(1 + AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) } - 1	
Sendo:	
BDI para serviços:	
AC = Taxa de rateio da administração central e custos indiretos	1,00%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	0,00%
SG = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,00%
DF = Taxa das despesas financeiras	1,00%
L = Taxa de lucro	7,00%



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

T = Taxa de tributos	8,65%
BDI = { [(1 + AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) } - 1	19,4863%
Tributos para Serviços	8,65%
ISS	5,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB (Opção de folha não desonerada)	0,00%

OBS: A empresa deverá apresentar o cálculo do BDI de acordo com os limites mínimos e máximos dos quartis constantes das páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 - Plenário.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

APÊNDICE V
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO																						
Etapa/Mês			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	Total	%
Dias do início da obra			30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	370	400	430	460	490	510	540		
Item	Descrição																					
1.1	Engº Mecânico	Hora	0	0	10	40	40	32	34	32	50	32	32	32	32	32	40	40	35	35	548	75%
		Valor	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.412,90	R\$5.651,60	R\$5.651,60	R\$4.521,28	R\$4.803,86	R\$4.521,28	R\$7.064,50	R\$4.521,28	R\$4.521,28	R\$4.521,28	R\$4.521,28	R\$4.521,28	R\$5.651,60	R\$5.651,60	R\$4.945,15	R\$4.945,15	R\$77.426,92	67%
1.2	Engº Eletricista	Hora	0	0	0	6	6	6	14	12	6	6	12	10	6	6	17	6	6	6	125	17%
		Valor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$639,36	R\$639,36	R\$639,36	R\$1.491,84	R\$1.278,72	R\$639,36	R\$639,36	R\$1.278,72	R\$1.065,60	R\$639,36	R\$639,36	R\$1.811,52	R\$639,36	R\$639,36	R\$639,36	R\$13.320,00	11%
1.3	Engº Civil	Hora	0	0	0	2	8	4		4	6	8	8	0	8	8		2	2		60	8%
		Valor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$206,72	R\$826,88	R\$413,44	R\$0,00	R\$413,44	R\$620,16	R\$826,88	R\$826,88	R\$0,00	R\$826,88	R\$826,88	R\$0,00	R\$206,72	R\$206,72	R\$0,00	R\$6.201,60	5%
	Soma Mensal		R\$0,00	R\$0,00	R\$1.412,90	R\$6.497,68	R\$7.117,84	R\$5.574,08	R\$6.295,70	R\$6.213,44	R\$8.324,02	R\$5.987,52	R\$6.626,88	R\$5.586,88	R\$5.987,52	R\$5.987,52	R\$7.463,12	R\$6.497,68	R\$5.791,23	R\$5.584,51	R\$96.948,52	
2.0	BDI		R\$0,00	R\$0,00	R\$275,32	R\$1.266,15	R\$1.387,00	R\$1.086,18	R\$1.226,80	R\$1.210,77	R\$1.622,04	R\$1.166,74	R\$1.291,33	R\$1.088,67	R\$1.166,74	R\$1.166,74	R\$1.454,28	R\$1.266,15	R\$1.128,49	R\$1.088,21	R\$18.891,64	16%
	Total Mensal		R\$0,00	R\$0,00	R\$1.688,22	R\$7.763,83	R\$8.504,84	R\$6.660,26	R\$7.522,50	R\$7.424,21	R\$9.946,06	R\$7.154,26	R\$7.918,21	R\$6.675,55	R\$7.154,26	R\$7.154,26	R\$8.917,40	R\$7.763,83	R\$6.919,72	R\$6.672,72	R\$115.840,16	100%
	Total Mensal Acumulado		R\$0,00	R\$0,00	R\$1.688,22	R\$9.452,06	R\$17.956,90	R\$24.617,16	R\$32.139,65	R\$39.563,86	R\$49.509,92	R\$56.664,18	R\$64.582,40	R\$71.257,95	R\$78.412,21	R\$85.566,48	R\$94.483,88	R\$102.247,71	R\$109.167,44	R\$115.840,16		



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Em papel timbrado da licitante)

À Comissão Permanente de Licitação
Ministério de Minas e Energia - MME
Brasília - DF
REF: **Pregão Eletrônico Nº 00/2021-MME**

Apresentamos a V.Sa. a nossa proposta para **contratação de empresa especializada para prestação de serviços visando assistir e subsidiar à fiscalização, de conformidade com Art. 67 da Lei 8.666/93, mediante assessoramento e apoio técnico de nível superior durante a execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia**, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Brasília/DF, por demanda, conforme condições e especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos, de acordo com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e Anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 00/2021-MME.

(A proposta deverá ser apresentada de acordo com AS PLANILHAS e condições abaixo descritas):

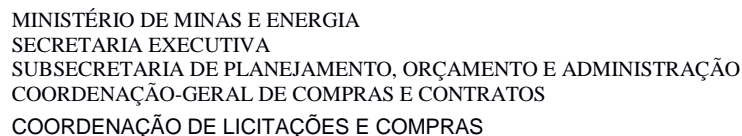
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
Item	Descrição/Especificação	Unid de Medida	Quant (a)	Valor (R\$)		Horas /mês	Horas/dia
				Unit. (b)	Total (c)=(a)x(b)		
1.0	Assistência Técnica e Subsídios à Fiscalização durante a execução dos serviços de modernização dos elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, por profissionais de nível superior :						
1.1	Engenheiro Mecânico Senior	h	548	R\$	R\$	30	1,45
1.2	Engenheiro Eletricista Pleno	h	125	R\$	R\$	7	0,33
1.3	Engenheiro Civil Pleno	h	60	R\$	R\$	3	0,16
	Total				R\$		
2.0	BDI	%	%		R\$		
	Total Geral				R\$		

(*) VALOR A SER INSERIDO NO SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA FASE DE LANCES



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CÁLCULO DO BDI	
1) Taxa de rateio da administração central/custos indiretos, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2) Taxa das despesas financeiras;	
3) Taxa de lucro;	
4) Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB).	
BDI = { [(1 + AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) } - 1	
Sendo:	
BDI para serviços:	
AC = Taxa de rateio da administração central e custos indiretos	1,00%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	0,00%
SG = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,00%
DF = Taxa das despesas financeiras	1,00%
L = Taxa de lucro	7,00%
T = Taxa de tributos	8,65%
BDI = { [(1 + AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) } - 1	19,4863%
Tributos para Serviços	
ISS	5,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB (Opção de folha não desonerada)	0,00%
OBS: A empresa deverá apresentar o cálculo do BDI de acordo com os limites mínimos e máximos dos quartis constantes das páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 - Plenário.	

[illegible][illegible]



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte do fornecimento dos materiais, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato e receber a Nota de Empenho no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel: _____

E-mail: _____

CEP: _____

Cidade: _____

UF: _____

Banco: _____ Agência: _____

c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Cart.Ident nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Brasília, ____ de ____ de 2021.



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

_____ (Nome da empresa) inscrita no CNPJ nº _____, sediada
_____ (endereço completo) _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que
até a presente data inexistem **atos impeditivos** para sua habilitação no presente processo licitatório,
ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO

_____ (Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº _____
_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e
do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº
8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega **menor de dezoito** anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre **e não emprega menor
de dezesseis anos**.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)



DECLARAÇÃO

_____(Nome da empresa) inscrita no CNPJ nº _____, sediada
_____(endereço completo) _____, **DECLARA**, sob as penas da
lei, que até a presente data inexistem **atos impeditivos** para sua habilitação no presente
processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO

_____(Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº
_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega **menor de dezoito** anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega menor de dezesseis anos**.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO

_____(Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº _____, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da
carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA que não possui,**
em sua cadeia produtiva, empregados que executam trabalho degradante ou forçado,
observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição
Federal.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)



ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital de Pregão Eletrônico nº 00/2021, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pela Licitante e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério de Minas e Energia antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de 2021.

(Representante legal da licitante no âmbito da licitação, com identificação completa)



DECLARAÇÃO

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA
LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00/2021-MME
Processo nº 48340.001099/2021-75**

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a **qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte**, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

Representante legal, com identificação completa

Declaração

_____ (Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que cumpre a **reserva de cargos** prevista em lei para pessoa com **deficiência ou para reabilitado da Previdência Social** e que atende às regras de acessibilidade prevista na legislação.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)



DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO
(Decreto 7.203, de 04 de junho 2010)

Objeto da contratação: _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____.

DECLARA que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos Art. 3º do Decreto Nº 7.203, de 4 de junho de 2010 que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal:

Art. 3º No âmbito de cada órgão e de cada entidade, são vedadas as nomeações, **contratações** ou designações de familiar de Ministro de Estado, familiar da máxima autoridade administrativa correspondente ou, ainda, familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento, para:

I - cargo em comissão ou função de confiança;

II - atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, salvo quando a contratação tiver sido precedida de regular processo seletivo; e

III - estágio, salvo se a contratação for precedida de processo seletivo que assegure o princípio da isonomia entre os concorrentes.

§ 1º Aplicam-se as vedações deste Decreto também quando existirem circunstâncias caracterizadoras de ajuste para burlar as restrições ao nepotismo, especialmente mediante nomeações ou designações recíprocas, envolvendo órgão ou entidade da administração pública federal.

§ 2º As vedações deste artigo estendem-se aos familiares do Presidente e do Vice-Presidente da República e, nesta hipótese, abrangem todo o Poder Executivo Federal.

§ 3º É vedada também a contratação direta, sem licitação, por órgão ou entidade da administração pública federal de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão e de cada entidade. (Grifo nosso)

DECLARA, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, nos termos da Legislação referente ao tema.

Brasília, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Representante legal



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

DECLARAÇÃO DE COTA DE APRENDIZAGEM

A empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, estabelecida em _____, DECLARA sob as penas da Lei, que cumpre a **cota aprendizagem** nos termos estabelecidos no Artigo 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

_____, em ____ de _____ de 2021.

Assinatura e carimbo do emissor/empresa



ANEXO IV MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº/..., QUE FAZEM ENTRE SI O (A) E A EMPRESA

A União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, com sede na Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília - Distrito Federal, CEP 70.065-900, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.383/000-53, neste ato representado por seu Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Senhor....., nomeado pela Portaria nº, de /...../....., publicada no *DOU* de de de, Portador da matrícula funcional nº, inscrito no CPF nº....., portador da Carteira de Identidade nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o (a) inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no **Processo nº 48340.001099/2021-75** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **06/2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 O objeto do presente Instrumento é a contratação de empresa especializada para **prestação de serviços visando assistir e subsidiar à fiscalização, de conformidade com Art. 67 da Lei 8.666/93, mediante assessoramento e apoio técnico de nível superior durante a execução dos serviços de modernização dos 9(nove) elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia**, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília/DF, por demanda, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.
- 1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, Anexos e Apêndices, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, de **540 (quinhentos e quarenta dias) dias**, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../..... .



2.2 A execução dos serviços será iniciada **na data de assinatura do contrato**, cujas etapas observarão o **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** fixado no Termo de Referência.

2.2.1 O prazo de execução deste contrato é **540 (quinhentos e quarenta) dias**, contados a partir do marco supra referido, **e não poderá ser prorrogado**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total estimado da contratação é de R\$..... (.....), resultante da aplicação dos preços indicados no Termo de Referência/Projeto Básico, Planilhas demonstrativas e na Proposta da Contratada:

Item	Descrição/Especificação	Unid de Medida	Quant (a)	Valor (R\$)		Horas /mês	Horas/dia
				Unit. (b)	Total (c)=(a)x(b)		
1.0	Assistência Técnica e Subsídios à Fiscalização durante a execução dos serviços de modernização dos elevadores do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, por profissionais de nível superior :						
1.1	Engenheiro Mecânico Senior	h	548	R\$	R\$	30	1,45
1.2	Engenheiro Eletricista Pleno	h	125	R\$	R\$	7	0,33
1.3	Engenheiro Civil Pleno	h	60	R\$	R\$	3	0,16
	Total				R\$		
2.0	BDI	%	%		R\$		
	Total Geral				R\$		

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO																						
Etapa/Mês			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	Total	%
Dias do início da obra			30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	370	400	430	460	490	510	540		
Item	Descrição																					
1.1	Engº Mecânico	Hora	0	0	10	40	40	32	34	32	50	32	32	32	32	40	40	35	35	548	75%	
		Valor																				67%
1.2	Engº Eletricista	Hora	0	0	0	6	6	6	14	12	6	6	12	10	6	6	17	6	6	6	125	17%
		Valor																				11%
1.3	Engº Civil	Hora	0	0	0	2	8	4		4	6	8	8	0	8	8		2	2		60	8%
		Valor																				5%
	Soma Mensal																					
2.0	BDI																					16%
	Total Mensal																					100%
	Total Mensal Acumulado																					

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços **efetivamente prestados**.



4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de **2021**, na classificação abaixo:

Ação 2000

PTRES 173417

Natureza de despesa 33 90 39

4.2 No (s) exercício (s) seguinte (s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo do Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1 A CONTRATADA deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, e conforme disposto no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

13.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

15.2 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

15.3 Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

15.4 O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.



15.5 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

15.6 O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COMUNICAÇÕES

18.1 Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.

18.2 As comunicações feitas ao CONTRATANTE deverão ser endereçadas à **Coordenação Geral de Compras e Contratos-CGCC** do Ministério de Minas e Energia, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 450-A - CEP 70.065-900 - Telefone (61) 2032.5464.

18.3 As comunicações feitas à CONTRATADA deverão ser endereçadas a empresa, estabelecida no, CEP:

19 DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar e cumprir os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao **combate à corrupção**, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos, a Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, o Código Penal Brasileiro, e à legislação aplicável ao presente instrumento.

19.2 As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar e cumprir os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange a **proteção dos dados pessoais**, em especial a Lei nº 13.709, de 14 agosto de 2018, sobre o tratamento de dados



pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, inclusive exigir o cumprimento pelos terceiros por ela contratados, e à legislação aplicável ao presente instrumento e no processo de contratação pública.

20 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

20.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Assim havendo ajustado, foi lavrado o presente instrumento e disponibilizado por meio eletrônico por intermédio do **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**, com fundamento no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que os seus representantes legais assinam com as testemunhas abaixo identificadas.

....., de..... de 20.....

Pelo CONTRATANTE:

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Ministério de Minas e Energia

Pela CONTRATADA:
